

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO NEODESENVOLVIMENTISTA

THE HIGHER EDUCATION POLICY IN THE NEODESENVOLVIMENTIST CONTEXT

Tainara Alexandre Lopes

Universidade Estadual Do Ceará (UECE)

Epitácio Macário Moura

Universidade Estadual Do Ceará (UECE)

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo caracterizar a evolução do ensino superior no período de 2003-2016, época em que o neodesenvolvimentismo ganhou maior ênfase. O projeto consistiu em apostar num modelo de desenvolvimento calcado nas diretrizes macroeconômicas neoliberais, mas voltado para o crescimento econômico com distribuição de renda e fortalecimento de algumas políticas sociais, mantendo intocada a propriedade do capital e do solo urbano e rural, a estrutura de poder, o regime tributário agressivo e os compromissos orçamentários com a dívida pública. Enquanto se manteve, o modelo logrou expandir, de forma precarizada e privatizada, o ensino superior graças a liberação de fundos estatais para o financiamento da oferta de matrículas nas instituições privadas (ProUni e Fies), bem como pela implementação de um conjunto de mudanças institucionais e legais que criaram as bases para o crescimento do setor privado e a oferta de matrículas em cursos presenciais e à distância.

PALAVRAS-CHAVE: Neodesenvolvimentismo. Ensino Superior. Privatização.

ABSTRACT:

This study has to characterize the evolution of higher education in the period of 2003-2016, a period which neodevelopment has gained more emphasis. The project consisted in betting on a development model based on neoliberal macroeconomic guidelines, but focused on economic growth with income distribution and strengthening of some social policies, maintaining the ownership of capital and urban and rural land, the structure of power, the aggressive tax regime and the budgetary commitments with the public debt. While it has been maintained, the model has been able to expand precariously and privatized higher education through the release of state funds to finance the provision of enrollment in private institutions (ProUni and Fies), as well as the implementation of a set of institutional changes which have laid the foundations for the growth of the private sector and the offer of enrollment in face-to-face and distance learning courses.

KEYWORDS: Neo-developmentalism. Higher education. Privatization.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta resultados preliminares da pesquisa intitulada “Neodesenvolvimentismo e política de ensino superior e ciência e tecnologia: Brasil e Ceará” que se encontra em desenvolvimento no laboratório acadêmico Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS/UECE). A pesquisa tem por objetivo analisar a evolução das

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



referidas políticas durante o período em que o Partido dos Trabalhadores esteve na presidência do país (2003-2016). Trata-se de uma pesquisa qualitativa que contou, até aqui, com revisão bibliográfica e com tratamento de dados sobre o ensino superior levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A exploração e síntese do material bibliográfico permitiram, conforme assinala Gil (2008, p. 50), “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia[mos] pesquisar diretamente” e possibilitaram situarmos a evolução da política de ensino superior no contexto do projeto neodesenvolvimentista implementado por Lula/Dilma. A tabulação e análise de dados quantitativos, por seu turno, serviram-nos para ilustrar empiricamente o significado e o horizonte que assumiu a referida política no contexto do neodesenvolvimentismo.

Por razão de limites espaciais, no presente artigo nos deteremos na análise de algumas variáveis como: a distribuição das matrículas no setor público e no setor privado, a expansão do acesso nas instituições públicas de ensino superior (IES) e a transferência de fundos estatais para as empresas educacionais privadas por meio de programas como o Fies¹ e o ProUni². No seu conjunto, essas variáveis permitem vislumbrar forma e conteúdo da massiva inserção de jovens e adultos no ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas.

Para dar consequência ao objetivo desse trabalho, organizamos o texto em dois tópicos. No primeiro, caracterizamos o neodesenvolvimentismo³, que perdurou principalmente a partir do segundo mandato do presidente Lula (2006) até o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. No segundo tópico, analisamos algumas variáveis com o fim de caracterizar a evolução da política de

¹ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi instituído pela Lei nº 10.260/2001 e destina recursos públicos para instituições privadas afim de financiar matrículas em cursos de graduação nestas entidades (ANDRADE; SANTOS; CAVAIGNAC, 2016, p. 25 apud FERREIRA, 2012, s/p).

² O Programa Universidade para Todos (ProUni) foi instituído pela Lei nº 11.096/2005. Por meio deste dispositivo, é ampliado a isenção fiscal para instituições de ensino superior privadas, nas quais, são ofertadas bolsas de estudos integrais, para alunos com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio; e parciais, para alunos com renda familiar *per capita* de até três salários mínimos. (ANDRADE; SANTOS; CAVAIGNAC, 2016, p. 25 apud FERREIRA, 2012, s/p).

³ Vale ressaltar que o termo neodesenvolvimentismo é objeto de intenso debate por estudiosos de variados matizes, onde há os que discordam do termo propondo outras definições para o período em que o PT esteve no poder e há aqueles que trabalham a categoria, mas que divergem quanto a sua aplicabilidade no País. Devido os limites desse texto, apresentaremos somente três teóricos que realizam esta discussão. Para maiores aprofundamentos, podem ser consultados outros pesquisadores: entre os que trabalham esta categoria criticando-a por considerarem não haver diferença entre esta e o neoliberalismo, temos Plínio de Arruda e Marcelo Carcanholo; e dos que laboram com outras definições, citamos Rodrigo Castelo e Roberto Leher (Social-liberalismo), Emir Sader (Pós-neoliberalismo) e André Singer (Lulismo).

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



educação superior. Ao final, apensamos reflexões críticas sobre a evolução dessa política no período abordado.

2 NEODESENVOLVIMENTISMO EM DEBATE

Na perspectiva de Bresser Pereira (2006), as políticas do neoliberalismo ortodoxo implementadas na América Latina na década de 1990 teriam falhado, no que pese terem logrado estabilizar a economia – como no caso brasileiro. Nesse contexto, a total liberdade de mercado e o enfraquecimento do Estado teriam desencadeado contradições que se expressavam, por exemplo, nas taxas de crescimento muito baixas ou negativas e no crescimento da pobreza e da desigualdade social. Impunha-se, portanto, pensar um novo projeto para a nação brasileira que se diferenciasse do neoliberalismo e da perspectiva populista que marcou a história do País. Nas palavras do próprio autor,

O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e ideias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 12).

Para o eminente professor, e principal formulador da Reforma do Estado Brasileiro⁴ no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), o projeto empalmado por Lula tinha essa capacidade – de ir além das diretrizes neoliberais ortodoxas que perduraram nos anos 1990 sem, contudo, cair prisioneiro das orientações estatizantes da esquerda burocrática. Esse meio-termo do projeto agradaria imensamente o referido professor, que passou a ser um dos mais aguerridos defensores.

O renomado economista argentino, Claudio Katz, também aborda o neodesenvolvimentismo, mas como continuidade do modelo neoliberal. O pesquisador reconhece a audiência que ganhara o conceito de “neodesenvolvimentismo” tanto nos debates acadêmicos, quanto nos *staff* formuladores de políticas econômicas e nos meios de comunicação. Nas palavras do autor,

⁴ Bresser Pereira foi três vezes ministro no Brasil. Na primeira ocasião, foi ministro da Fazenda no Governo de José Sarney (1985-1990) e nas outras oportunidades ocupou o cargo no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e no Ministério da Ciência e Tecnologia (1999). Fonte: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2017/07/12/ex-ministro-bresser-pereira-diz-que-condenacao-de-lula-era-inevitavel/>

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



No caso do Brasil, existe um intenso debate sobre o neodesenvolvimentismo e seu grau de aplicabilidade ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Esta controvérsia ilustra o quão discutível é a presença de um modelo desse tipo na principal economia sul-americana. Essas ressalvas provêm da evidente continuidade que o primeiro mandato de Lula manteve com a política econômica precedente. Ali, esteve totalmente ausente a ruptura que introduziu na Argentina o colapso da conversibilidade (KATZ, 2016, p. 235).

O primeiro mandato de Lula da Silva fora marcado, segundo Katz, por uma fina sintonia com as diretrizes neoliberais que orientaram os governos anteriores, desde a derrota eleitoral do projeto democrático e popular encampado pelo ex-metalúrgico, em 1989. A situação ganhou a aparência de paradoxo já que o governo era exercido por um partido de base operária, o Partido dos Trabalhadores (PT), erguido como síntese da ascensão do movimento sindical e social na década de 1980, que defendia um projeto que em muito contrastava com a tradição dominante. O PT chegou ao poder, todavia, apoiado numa aliança política ampla o bastante para incorporar agentes sociais e partidos políticos essencialmente conservadores, como é o caso de lideranças religiosas e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Por causa da continuidade das orientações macroeconômicas neoliberais, muitos teóricos utilizaram nomenclaturas para o modelo implementado por Lula da Silva em seu primeiro mandato (2003-2006), chamando-o ora de social-liberalismo, ora de neoliberalismo atenuado. Para Claudio Katz isso era justo porque, até o fim do primeiro mandato (2006), não se vislumbravam elementos de mudança que merecessem a denominação de neodesenvolvimentismo.

Esse quadro sofreria alterações importantes a partir do segundo mandato (2007 em diante), quando se passou a implementar ações voltadas para a melhoria das condições de investimento e aumento da inserção da população pobre no consumo. Em linhas gerais, foram estas as novas variantes da política do segundo governo de Lula: Programas de Aceleração do Crescimento (PAC), programa Minha Casa Minha Vida, restabelecimento da indústria naval, liberação de crédito para empresas por meio dos bancos estatais (BNDES principalmente), valorização do salário mínimo, liberação do crédito ao consumidor e ao empreendedor, expansão de políticas compensatórias como Bolsa Família, fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e expansão do ensino superior público.

No seu conjunto, estas ações prometeram e garantiram, por um período de cinco ou seis anos, crescimento do Produto Interno Bruto (inclusive o *per capita*), crescimento das taxas de lucros dos empreendimentos, importante incremento das taxas de investimento e importante dinamismo de setores que passaram a se inserir, de forma mais competitiva, no mercado mundial –

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



a exemplo do agronegócio e da construção pesada. Por outro lado, as ações resultavam em ganhos para parcelas significativas dos trabalhadores, principalmente aqueles situados na base da pirâmide salarial, e em melhorias das condições de vida da ampla massa do povo pobre. Foi nesse torvelinho de medidas que se articularam os compromissos e acordos políticos que dariam sustentáculo ao neodesenvolvimentismo. Tais articulações incluíam desde poderosos grupos de capitalistas, passando por partidos conservadores e de esquerda, englobando também parte das burocracias do movimento operário e social. Por iniciativa dos setores mais conservadores, esse acordo ruiu a partir de 2013, causando sérios prejuízos políticos ao própria PT e no *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016. A síntese destas iniciativas que repõem, com algumas inovações, as diretrizes econômicas neoliberais e da conciliação (no imediato) de forças políticas antagônicas (historicamente irreconciliáveis) é o que chamou-se de neodesenvolvimentismo.

Doutra parte, estudiosos brasileiros como Reinaldo Gonçalves dirigem importante crítica ao uso do conceito em análise por o considerarem impreciso do ponto de vista teórico e sem a devida correspondência com a realidade. Segundo acreditam, o conceito sequer expressa os elementos de novidade que marcaram o projeto macroeconômico do governo de Lula da Silva, configurando-se em um grave erro já que as linhas balizadoras desse governo não deixam nada a dever às diretrizes da ortodoxia neoliberal, tal como preconizado no Consenso de Washington⁵.

Tencionando esta categoria e questionando-a se faz presente as contribuições de Plínio Sampaio Jr. e Reinaldo Gonçalves compiladas em suas produções na Revista Serviço Social & Sociedade n.º 112. Para o segundo, o novo desenvolvimentismo não é mais que uma vertente do liberalismo enraizado na sociedade brasileira e sua denominação por este nome não tem outra justificativa senão a tentativa de diferenciá-lo do projeto anterior. Em poucas palavras, o conceito se presta unicamente à tentativa de pintar com tintas mais amenas o governo de Lula da Silva em comparação a administração de Fernando Henrique Cardoso.

Para efeito do que pretendemos argumentar nesse artigo, assumimos o conceito de “neodesenvolvimentismo” tal como apresentado por Katz. Ao nosso ver, as nuances trazidas à

⁵ Conforme Paulo Nogueira Batista (1994), o Consenso de Washington foi um encontro ocorrido em novembro de 1989 nos EUA, ocasião em que reuniram-se funcionários do governo norte-americano, membros de organismos internacionais especializados na realidade latino-americana como o FMI, o Banco Mundial e o BID e economistas dessa região. O objetivo do encontro era avaliar as reformas implementadas na América Latina e “receituar” a proposta neoliberal que a nação norte-americana vinha recomendando como condição para conceder cooperações, entre elas, financeiras. Com esse projeto, era possível aos latino-americanos alçar a modernidade e o desenvolvimento, afirmava seus principais idealizadores.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



análise por esse estudioso permitem melhor caracterização do projeto implementado nos governos Lula/Dilma, inclusive porque recupera aspectos econômicos e sociais que deram base ao processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

3 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: UM BALANÇO CRÍTICO

Há um consenso na literatura crítica de que a expansão do ensino superior no bojo do neodesenvolvimentismo reforçou a natureza conservadora, atrasada e dependente⁶ do capitalismo brasileiro. Para a pesquisadora Kátia Lima (2011), por exemplo, tal expansão se caracterizou pela mercantilização e por uma diversificação das instituições de ensino-aprendizagem, onde o modelo universitário – baseado no tripé ensino, pesquisa e extensão – foi secundarizado. A inclusão dos jovens e adultos no ensino superior, segundo as diretrizes neodesenvolvimentistas, deveria ser fomentada pelo setor privado, pois o Estado não dispunha de recursos e estrutura suficiente para democratizar o acesso a esse nível de ensino. Caberia ao Estado, porém, criar a estrutura jurídico-institucional que garantisse a drenagem de recursos estatais para a iniciativa privada e o espraiamento das empresas educacionais por todo o território nacional.

Fato é que o neodesenvolvimentismo representou a continuidade da orientação que tornou o ensino superior refém do mercado, processo que se iniciara durante a ditadura militar (1964-1985) e fora reforçado com o neoliberalismo dos anos 1990. Sob os auspícios das diretrizes neoliberais, uma série de medidas foram pensadas com o intuito de atender aos interesses do capital privado, com vistas à retomada das taxas de lucratividade. A privatização, a redução dos gastos estatais com direitos sociais (educação, saúde, previdência, habitação), a abertura comercial, a liberalização financeira e a desregulamentação do Estado constituíram-se pilasstras desse projeto. Na política de ensino superior sobressaíram-se, além da privatização, a

⁶ Sobre a histórica dependência da economia latino-americana, esta apresenta peculiaridades que não lhe permitem um desenvolvimento pleno das políticas sociais tal como se deu em alguns países de capitalismo central e constituiu o que a literatura chamou de Estado de Bem Estar Social. Aqui, o capitalismo se desenrolou tardiamente e de maneira subalterna em relação ao centro. Por causa dessa condições estrutural, que só pode ser compreendida “na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 2005, p. 138), o capitalismo brasileiro foi capaz de tornar-se uma das dez maiores economias do mundo e, também, ocupar lugar de destaque entre as nações com maior desigualdade social. O não acesso da população jovem e adulta ao ensino médio e superior público é uma expressão desse quadro mais geral que caracteriza o capitalismo brasileiro.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



[...] substituição do *modelo* universitário vigente em termos legais, mas que jamais prevaleceu na prática, isto é, de universidades (neo-humboldtianas) que associassem ensino e pesquisa (e extensão), por um *modelo* em que houvesse grande diversidade institucional (universidades, centros universitários, faculdades, federações de faculdades etc.) e em que se constituísse um certo número de *universidades de pesquisa* (centros de excelência) e uma maioria de *universidades de ensino* (faculdades ou instituições isoladas) (SGUISSARDI, 2016, p.24).

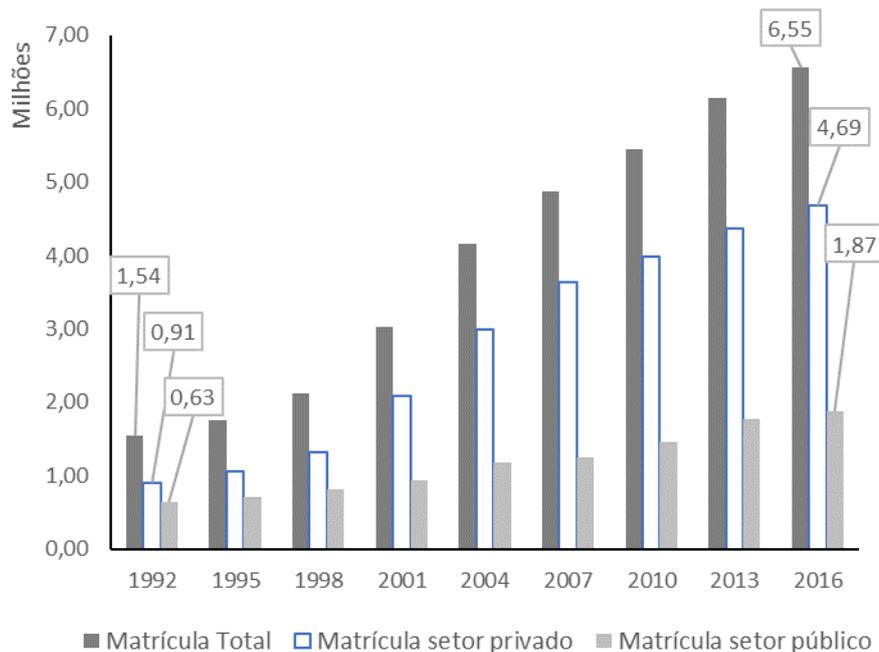
No evoluir do neoliberalismo e de sua variante neodesenvolvimentista, o setor privado beneficiou-se de enorme crescimento com o predomínio de faculdades e centros universitários, por exemplo, ao invés de universidades. Segundo dados do INEP, o número dessas instituições privadas era 905 em 1999⁷ passando para 2.111 em 2016, o que representa um crescimento de aproximadamente 310%. Desse total de instituições no último ano, 89 são universidades, 156 são centros universitários e 1.866 são faculdades. Ou seja, 88,4% das instituições privadas destinam-se apenas a fornecer aulas, formando jovens e adultos de nível terciário. Desnecessário reprimir que em tais instituições não se desenvolvem pesquisa e extensão. Já no setor público, a diversificação de tipos de instituições não acompanhou em velocidade e número o setor privado, mas se expressou também de forma significativa. Com efeito, em 1999 havia 192 instituições, número que cresceu para 296 em 2016, representando 54,2% de crescimento diferencial. Desse total de instituições no ano de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, 108 eram universidades, 10 eram centros universitários, 138 eram faculdades e 40 eram IF e CEFET. O número de universidades corresponde, neste caso, a 36,5%.

Ressaltamos, por sua vez, que a área pública também vivenciou a privatização que ocorreu em moldes novos. Ao invés da transferência de prédios e instalações de IES públicas para empresas privadas – forma clássica – o que ocorreu foi uma a privatização por dentro das instituições por meio da “criação de organizações sociais em lugar das autarquias e fundações públicas mantenedoras das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), estas deveriam buscar junto a órgãos públicos ou privados os recursos financeiros que não lhes fossem garantidos pelo fundo público” (SGUISSARDI, 2015, p.872). Além das Organizações Sociais (OS), as instituições públicas vêm desde os anos 1990 abrigando em sua estrutura fundações privadas “ditas de apoio”, cuja função é intermediar e gerenciar a captação de recursos no mercado e nos entes estatais, bem como favorecer a venda de serviços, assessorias e produtos desenvolvidos nas universidades públicas.

⁷ No referido ano, o INEP apresenta dados que abrangem Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Faculdades Integradas e CET/FaT.

O favorecimento da iniciativa privada no período neoliberal – em sua variantes ortodoxa e neodesenvolvimentista – pode ser observado, também, na evolução do quantitativo de matrículas, conforme demonstrado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa -- Brasil - 1992 - 2016



Fonte: INEP. Elaboração própria

Segundo dados do INEP que serviram de base para a produção do gráfico 1, em 2004, de um universo de 4.163.733 matriculados em IES (Instituições de Ensino Superior) presenciais, 2.985.405, ou 71,7%, estavam inseridos no setor privado. Os restantes 1.178.328, ou 28,3%, encontravam-se no ensino público. Já em 2016, o total de matriculados era de 6.554.283 assim distribuídos: 4.686.806, ou 71,5%, frequentavam instituições privadas e 1.867.477, ou 28,5%, estudavam em instituições públicas. O que se percebe é que nessa temporada de doze anos neodesenvolvimentistas o acesso a esse nível de ensino continuou sendo garantido pelas empresas educacionais em parceria com o Estado através de estratégias focais – ProUni e Fies – adotadas para fortalecer este empresariado e o capital bancário por meio de isenções fiscais e juros exorbitantes.

Contudo, não podemos deixar de pontuar que a educação pública também expandiu-se nos anos citados. Porém, este aumento se deu aproximadamente 5 vezes menos do que na outra categoria administrativa. Seguindo os ensinamentos do professor Valdemar Sguissardi, este fato

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas".

20, 21 e 22 de junho de 2018

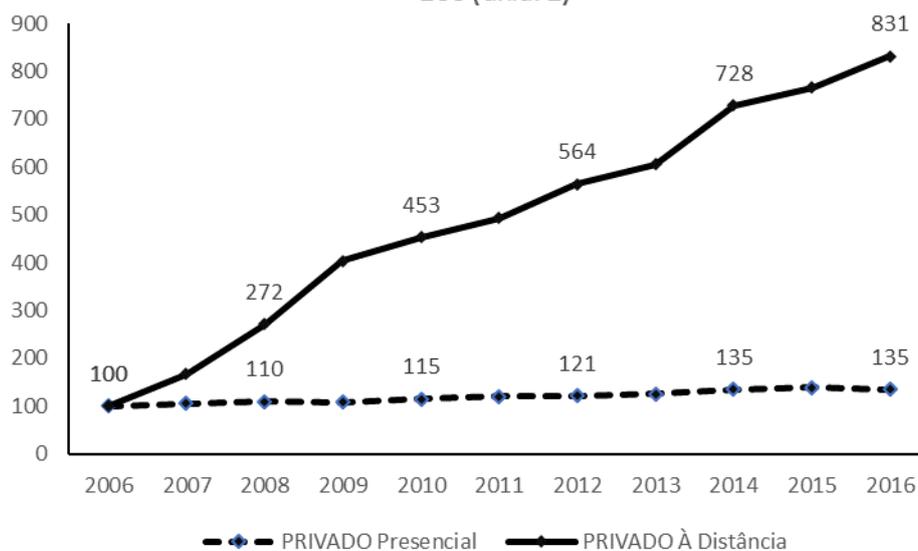
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



explica-se porque o capital privado necessita ocupar os territórios dos direitos sociais e serviços estatais e transformá-los em espaços de acumulação. Para tanto, o capital conta com o poder do aparelho estatal responsável não apenas por manter o *status quo*, mas por garantir recursos públicos e estrutura jurídico-institucional para a expansão dos empreendimentos privados, revelando que os interesses estatais e privados estão interligados, onde conjugam-se e confundem-se (IANNI, 2004, p. 263 *apud* SGUISSARDI, 2016, p. 31).

No escopo do setor privado, a inserção massiva dos jovens e adultos no ensino superior demonstra situação alarmante quanto à qualidade quando comparadas as tendências de crescimento da modalidade presencial e à distância. (gráfico 2).

Gráfico 2 - Tendência evolutiva das matrículas em cursos de graduação no setor privado por modalidade no Brasil - 2006 = 100 (unid. 1)



Fonte: INEP. Elaboração própria

Em 2006 eram 165.145, ou 4,6%, matriculados na EaD e 3.467.342, ou 95,4%, presencialmente. Passados 10 anos, o número vai para 1.371.817, ou 22,7%, na modalidade à distância e 4.686.806, ou 77,3%, de modo presencial. Mesmo que em números absolutos, as matrículas em cursos de graduação presenciais superem em muito as que ocorrem na modalidade à distância, o gráfico revela que há uma lei de tendência que, se mantida em médio prazo, vai inverter o predomínio do ensino presencial sobre o não presencial.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Acreditamos que essa modalidade atingiu ampla aceitação por que a mundialização do sistema impõe sob a classe trabalhadora a necessidade de uma qualificação que gere condições de competição com os demais no acesso a empregabilidade e mais, na garantia de um salário que condicione uma melhor subsistência. Foi nesse ambiente que determinados setores da população encontraram uma válvula de escape da ameaça de integrar os que compõem o *precarizado*⁸ por não disporem de tempo para frequentar salas de aula. Eis que estavam “dadas” as condições para habilitar-se frente aos concorrentes e assegurar seu lugar ao sol.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos estudos demonstraram que o neodesenvolvimentismo contou com maior participação do Estado em parceria com investimentos privados em diversas áreas, sobretudo na política de educação superior, com base no tripé que o alicerçava: programas de incentivo estatal a oligopolização da economia (fortalecimento de grandes grupos privados com apoio do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social); investimentos públicos em infraestrutura – com ou sem parceria público-privada; e programas de transferência de renda, cujo caso mais latente é o Bolsa-Família, visando a valorização do mercado interno de consumo.

Conforme Reis (2015), as medidas que vinham sendo implementadas pela presidenta Dilma Rousseff nos últimos anos davam continuidade ao financiamento das políticas sociais e ampliação dos recursos destinados ao capital, sobretudo financeiro, “por meio de crescentes desonerações tributárias, de subsídios à expansão da educação superior privada e, principalmente de recursos para o pagamento da dívida pública” (p.20).

Desta forma, as diretrizes neodesenvolvimentistas produziram as contrarreformas das universidades públicas e criaram, de fato, o ambiente institucional para o alastramento do ensino privado no Brasil, retirando o governo do papel de agente principal destas políticas.

[...] quanto mais desregulamentada a educação, tirando o Estado do papel de promotor de políticas sociais, mais os sistemas educacionais ficam sobre os interesses do empresariado da educação, fazendo do estado um parceiro e não um competidor da iniciativa privada; quanto mais uniformizada segundo regras globais, mais potencial tem o ensino superior de se expandir como mercadoria, sendo mais aceita nas diversas regiões do mundo. O

⁸ Expressão fundamentada pelo sociólogo e professor uspiano Ruy Braga reportando-se aqueles extratos que oscilam entre o desemprego e o subemprego, realidades que excluem socialmente.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



resultado é o reforço da divisão entre instituições voltadas à pesquisa e aquelas meramente voltadas ao ensino (LEHER, 2012, s/p apud RAMOS, 2012, p.52).

Nesse cenário, o neodesenvolvimentismo ou social-liberalismo – utilizando o termo de Castelo (2016) –, criou as condições para completar a reforma do Estado pensada e implementada no governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso de abertura da educação superior à iniciativa privada por meio de Organizações Sociais (OS) e/ou parcerias público-privadas (PPP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, F. R. B; SANTOS, G. P. G. dos; CAVAINAC, M. D. Ingresso e Permanência no Ensino Superior: A Assistência Estudantil em Debate. In: _____. **Educação em debate: Reflexões sobre Ensino Superior, Educação Profissional e Assistência Estudantil**. Fortaleza: UECE; Imprece, 2016. Cap. 1, p. 15-42.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P.N. (et al.). **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p.99-144.

BRESSER PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo. V. 20, n.3, p.5-24, jul/set, 2006.

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In: _____. **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 2012, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopses Estatísticas do Ensino Superior 1999-2016**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse> Acessado em: 30/01/2018.

KATZ, C. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LIMA, K. et. al.. **Políticas Públicas De “Democratização” da Educação Superior No Governo Lula: Enem, Prouni, Reuni**. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO, V, 2011, UFSC, Florianópolis.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J.P. (orgs) **Ruy Mauro Marini – Vida e Obra**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 137-180p.

RAMOS, D. S. **A Expansão do Ensino Superior nos Governos Lula (2003-2010): Caracterização e Análise de suas Estratégias**. 2012. 110f. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Curso de Bacharel em Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



REIS, L. F. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais nos governos Lula e Dilma (2003-2014). 2015. 223 f. Doutorado (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SAMPAIO JR, P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 2012, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil – Refém do Mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: _____. Expansão privado-mercantil da Educação Superior no Brasil. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. Cap.1, p. 17-56.

SGUISSARDI, V. **Educação Superior no Brasil**: democratização ou massificação mercantil? *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.